



CONTABILIDADE

Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas em 'banho-maria'

Governo emendou proposta, mas **não está garantido que a nova versão seja votada** antes do fim dos trabalhos do Parlamento

Quando, em Abril, o ministro das Finanças anunciou que o Governo ia propor a criação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas estava, certamente, longe de imaginar a polémica que aí vinha. Para Teixeira dos Santos a alteração dos estatutos da actual Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) era "um acto de reconhecimento pelos serviços prestados ao país".

A proposta do Governo foi desde logo mal acolhida sobretudo por causa de um ponto: de futuro, as sociedades de contabilidade teriam de ser maioritariamente detidas por um técnico oficial de contas (TOC), que teria também na mão a administração do negócio. Uma pretensão fortemente contestada não só por muitos TOC, mas também pelas empresas do sector. Esta formulação punha em causa o "equilíbrio social existente", porque se iriam gerar conflitos "de difícil, quando não impossível, solução, face à necessária divisão e cessão de quotas,

mesmo nos casos em que os sócios são familiares", resume o presidente da Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração.

O diploma acabou por ter um parecer negativo da comissão parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, que foi subscrito por todos os grupos parlamentares, PS incluído. Mesmo assim, o projecto de decreto-lei foi levado a votação na Assembleia da República no passado dia 9 de Julho.

Apesar de toda a celeuma, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, defendeu a proposta perante o plenário. Começou por invocar a importância das alterações aos estatutos da CTOC tendo em conta "as novas realidades inerentes à evolução da profissão, nomeadamente a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística". Porém, no fim da apresentação, o governante mostrou-se aberto "a acolher propostas de alteração".

Resultado: o diploma acabou por não ser votado e desceu, a pedido da maioria socialista, para a comissão. Nesta decisão pesou o empenho da sociedade civil durante a discussão pública da proposta do Governo. Uma das vozes que se fez ouvir foi a da Moneris, prestadora de serviços de contabilidade e adminis-

HISTÓRIA & NÚMEROS

- A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) é hoje a maior organização profissional portuguesa de inscrição obrigatória. Reúne mais de 82 mil membros
- O Técnico Oficial de Contas tem a sua génese no Código da Contribuição Industrial, que entrou em vigor em 1963
- A CTOC foi criada em 1995, com o objectivo de regular o exercício da profissão
- Segundo contas da Moneris, cerca de 20 mil empresas prestam serviços de prestação de contabilidade e administração (a maior parte são unipessoais). Empregam à volta de 70 mil profissionais e o volume de negócios ascende a €3,7 mil milhões (dados do Instituto Nacional de Estatística relativos a 2007)

tração ligada ao BPI. A sua intervenção no processo foi fundamentada com pareceres pedidos a quatro iminentes constitucionalistas — Marcelo Rebelo de Sousa, Paulo Otero, Jorge Baccalar Gouveia e Gomes Canotilho — que consideraram inconstitucional a medida legislativa.

Entretanto, o gabinete do secretário de Estado confirmou ao Expresso que já houve alterações. Nomeadamente, foi retirada a alínea relativa ao capital social que fez levantar o coro de críticas. "Na sequência desta alteração foi criado um mecanismo de responsabilização dos TOC, passando pela necessidade das empresas de contabilidade terem um TOC responsável", esclarece fonte oficial das Finanças. Outro ponto que gerou discordância foi a obrigatoriedade de inscrição das empresas e sociedades comerciais de contabilidade na Ordem. Mas, esta disposição irá manter-se. "Com esta medida pretende-se o aumento da responsabilização dos TOC", defende Carlos Lobo.

Está em aberto se o diploma já revisto será levado a votação na última sessão de trabalhos do Parlamento, que ocorre na próxima quinta-feira, dia 23. Contactado, o presidente da CTOC, Domingos Azevedo, não quis voltar a pronunciar-se sobre o assunto.

ANA SOFIA SANTOS

assantos@expresso.impresa.pt